

Avanços na educação pública são

Próximo governo precisa trazer de volta à escola jovens de 15 a 17 anos e transformar ensino em prioridade

TEXTO REGIANE DE OLIVEIRA

Em 2009, a Emenda Constitucional 59 ampliou o ensino obrigatório no Brasil. Até 2016, estados e municípios terão de colocar na escola todas as crianças e jovens entre 4 e 17 anos. Até então, a legislação brasileira obrigava a frequentar escolas apenas crianças de 6 a 14 anos. Essa mudança trouxe à tona uma nova perspectiva para a educação no país: a existência de políticas públicas preocupadas com a continuidade — a universalização do ensino fundamental (crianças de 6 a 14 anos) havia sido alcançada no governo Fernando Henrique Cardoso — e com a evolução dos programas existentes. Foram muitos os avanços no âmbito da educação no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Mas insuficientes para abarcar as décadas perdidas. E os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 1999/2009), expressam as dificuldades.

Apenas 38,1% das crianças de até 5 anos em idade escolar frequentavam a creche e pré-escola em 2009. “A educação infantil é pouco prestigiada ainda por não ser obrigatória”, afirma o professor de geografia Alexandre de Oliveira, criador da consultoria Meritt, especializada na produção e sistematização de informações educacionais. “O problema é que, segundo pesquisadores, esse é um período de desenvolvimento de habilidade e competências que dá ao aluno condições de aprender”, diz.

A expectativa é de que esse cenário mude até 2016. E os dados da PNAD são claros quanto a um fato: quando governos e famílias são obrigados, colocam a criança na escola. O número de estudantes chega a 97,6% entre crianças de 6 a 14 anos do ensino fundamental. No ensino médio, porém, a porcentagem de adolescentes na escola cai para 85,2%. E se considerarmos a taxa de escolarização líquida, que mostra o total de jovens matriculados no nível de ensino adequado a sua idade, temos apenas 51% desses adolescentes na escola. “Tivemos ganhos, mas temos de ser mais ambiciosos”, afirma Oliveira. “No Norte e Nordeste, por exemplo, apenas 40% desses jovens estão matriculados no nível certo”, diz.

O motivo para a evasão dos estudantes no ensino médio é fruto dos gargalos deixados pelos demais anos de estudo. “O ensino médio precisa ser repensado e, por enquanto, o Ministério da Educação (MEC) não deu conta de entender qual é o problema, que na verdade é simples: a escola é ruim e sem qualidade”, afirma o economista e educador Cláudio Moura e Castro. “Esse passivo vem de longe. Mais da metade dos alunos quatro anos após entrar na escola não sabe ler direito. E não tem como seguir adiante sem saber ler.”

Moura e Castro ressalta que o ensino médio do Brasil é diferente do modelo de

Alunos sem aula no Colégio Estadual Nova Campina, no Rio de Janeiro: falta de professores é um dos maiores problemas do ensino



Os dados do PNAD são claros quanto a um fato: quando governos e famílias são obrigados, colocam a criança na escola. O número de estudantes chega a 97,6% entre crianças de 6 a 14 anos do ensino fundamental

outros países. “Enquanto na Europa conta com tipos de escola diferentes, de acordo com o interesse do aluno, nos Estados Unidos se aproxima mais do modelo da faculdade, com a possibilidade de o jovem escolher as disciplinas que constituirão sua formação. E no Brasil? Só aumentamos o número de matérias e conteúdos, sem profundidade em nenhum deles”, afirma o educador.

Mais vagas

As soluções para os problemas do ensino médio passam também pelo aumento das vagas. “O Prouni do ensino superior foi um avanço. E será outro se usarmos a capacidade ociosa das universidades privadas, em torno de 1,5 milhão de vagas no vespertino em todo o país, para o Prouni do ensino médio”, afirma Ilona Becskézy, diretora executiva da Fundação Lemann. De acordo com Ilona, o ambiente universitário está mais próximo das expectativas do jovem do ensino médio do que a escola regular. “Temos 8

milhões de alunos no ensino médio, e deveríamos ter 5 milhões a mais. E nas escolas não temos vagas para isso”, afirma, ressaltando que muitos alunos que estudam à noite simplesmente o fazem por falta de vagas, e não opção.

O que pensam os jovens

O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas se propôs a descobrir o que pensa o aluno do ensino médio frente a essa discussão. E identificou na pesquisa “Motivos da evasão escolar” que o jovem abandona a escola por falta de interesse (40,3%), falta de renda (27,9%), outros motivos (21,7%) e oferta (19,8%). Quando abertos os motivos, vemos que os alunos que não quiseram frequentar a escola são maioria (33,5%), seguida daqueles que precisam trabalhar ou procurar trabalho (20,6%). A questão da falta de interesse intrínseco mostra que a grande maioria dos alunos simplesmente não quer frequentar a escola. O desafio da sociedade brasileira é reverter essa situação.

insuficientes para recuperar atraso

Carol Feichas/O Dia



ANÁLISE

Pontos de vista sobre o futuro

Rubens Chiri/Perspectiva



Ilona Becskeházy, diretora da Fundação Lemann

Neste governo, tivemos oportunidades perdidas como usar o carisma do presidente Lula para mobilizar a população para a educação. E criar um currículo exigente, melhor do que outros países, que, mesmo causando reclamações, estabeleça padrões altos. Muitas escolas já estão chegando as metas estabelecidas pelo Ideb [Índice de desenvolvimento da educação básica]. Isso significa que está fácil. Temos que melhorar o Programa Nacional do Livro Didático, usando a mesma lógica para permitir que os municípios possam comprar também sistemas de ensino privado.

Murillo Constantino



Antônio Matias, vice-presidente da Fundação Itaú Social

Nos últimos dois governos tivemos avanços perceptíveis. Apesar de tudo, infelizmente, o Brasil não acordou para qual prioridade dará para a educação. E os avanços são poucos perto do que o país precisa, que é criar capital humano para uma sociedade sustentável. O déficit em relação a educação, dito por todos os candidatos, só pode ser revertido se a educação tornar-se a grande prioridade nacional. E a sociedade mostra que espera isso dos governos. A criação da Lei de Responsabilidade Educacional será um passo nesse sentido.

Ricardo Lima



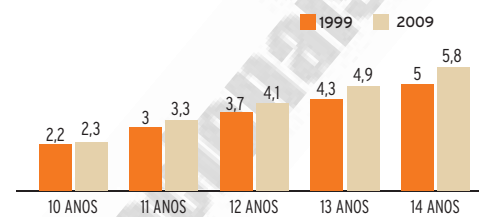
Mozart Neves, ONG Todos pela Educação

Temos que levar para a mesa da presidência a questão da valorização da carreira do magistério. Vai ser difícil melhorar a educação se não tivermos os melhores profissionais ensinando, e só conseguiremos isso com um salário inicial alto – e já demos um passo importante sobre isso com a lei do piso, que ainda não foi implementada pois não se chegou a um consenso sobre o valor –, seguido de uma formação inicial sólida. Hoje, a universidade não se preocupa em formar o professor, especialmente para a escola pública, ela tem outras prioridades.

OS CAMINHOS DO ENSINO NO PAÍS

ATRASO COMEÇA NO FUNDAMENTAL

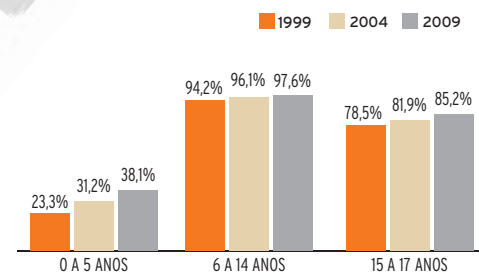
Média de anos de estudos das crianças de 10 a 14 anos



Nota: pela lei, uma criança de 10 anos deveria ter 4 anos de estudo e uma criança de 14 anos, 8 anos dedicados ao estudo

...ONDE A FREQUÊNCIA A ESCOLA É ALTA

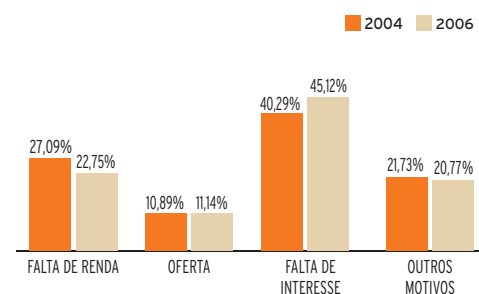
Alunos em idade escolar que frequentam a escola



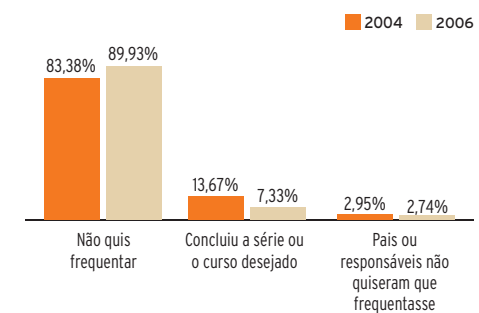
Nota: Brasil está muito perto de alcançar a universalização do ensino fundamental (6 a 14 anos), mas tem o desafio de colocar os adolescentes na escola

Fontes: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009

POR QUE O ADOLESCENTE NÃO ESTÁ NA ESCOLA?



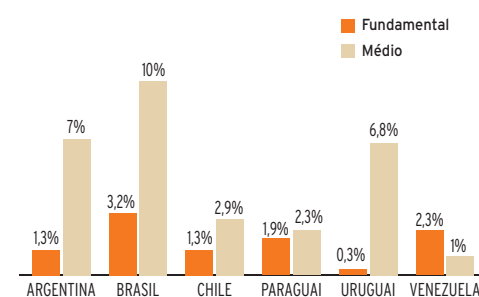
E QUAL O MOTIVO DA FALTA DE INTERESSE



Fontes: CPS/FGV a partir de dados do Pnad/IBGE

O RESULTADO DISSO TUDO

Taxa de abandono por nível de ensino em 2007



Fonte: Indicadores educacionais do Mercosul em 2007

CONQUISTAS

- Avaliações da educação básica chegaram à escola.
- Sistema de financiamento em regime de colaboração entre os governos.
- Desenvolvimento de uma cultura de metas no país.

PRECISA DE ATENÇÃO

- Alfabetização de crianças, e também de jovens e adultos.
- Criação de um currículo mínimo e equidade da oferta.
- Valorização da carreira do professor e implementação da lei do piso.

Alfabetizar jovens e adultos é desafio

As discussões sobre a validade da eleição para deputado federal do humorista Francisco Everardo Oliveira Silva, o Tiririca – que recebeu mais de 1,3 milhão de votos, e terá de passar por um ditado e ler um texto para provar que é minimamente alfabetizado –, provam que o Brasil definitivamente não está perto de resolver a questão do analfabetismo. Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad 2009) mostram que 20,3% de brasileiros com 15 anos ou mais de idade e menos quatro anos de estudo completo são analfabetos funcionais. Isto é, pessoas capazes de ler e escrever sentenças simples, mas sem a capacidade de interpretar textos. É fato a situação melhorou. Em 2008, 21% da população com mais de 15 anos era funcionalmente analfabeta, enquanto em 2004, o índice chegava a 24,4%. A taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais também assusta. O índice

passou de 10% em 2008, para 9,7% em 2009. Vitória? Não. Isto representa que o país saiu do patamar de 14,2 milhões de analfabetos há dois anos, para 14,1 milhões. “O Brasil além de ter um elevado índice de analfabetismo tem uma concentração de analfabetos entre 25 a 59”, afirma Alexandre Oliveira, fundador da consultoria Meritt. Os dados mostram que 53% da população analfabeta tem esta faixa etária. “Isso afeta não só a economia, mas a formação dos jovens, pois essas pessoas são pais sem condições de ajudar seus filhos com a escola”, diz. “Perdemos dez anos sem dar atenção para a alfabetização de jovens e adultos”. O Pnad mostra que entre adultos de 25 a 39 anos, a redução nas taxas de analfabetismo foi 3,7 pontos percentuais entre 1999 e 2009. Na população de 40 a 59 anos, tivemos aumento de um ponto percentual no mesmo período.